

TERMO DE REFERÊNCIA

TÉCNICO

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

TÉCNICO

Serviço: DEPI / Contratação da elaboração dos projetos executivos da reforma elétrica do GMU visando a obtenção do AVCB

Unidade interessada:	PROEEC
Data emissão:	10/09/2025
Processo nº.:	01-P-37629/2024

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Objeto

Contratação de empresa especializada para a execução dos seguintes serviços de engenharia: levantamento cadastral e elaboração dos projetos executivos da reforma elétrica do complexo do Ginásio Multidisciplinar da Unicamp (GMU), da cabine de energia, e do sistema de proteção contra descargas atmosféricas (SPDA), incluindo suas interligações com as redes existentes, adequando-os às Normas Técnicas vigentes; elaboração dos memoriais descritivos (reforma das instalações elétricas; cabine de energia; e SPDA) e as planilhas orçamentárias (reforma elétrica; cabine de energia; e SPDA), sendo que os projetos executivos deverão considerar o projeto de Microrredes (MERGE), o projeto de PPCI (Proteção e Combate a Incêndio) aprovado, e a geração de energia fotovoltaica existente na cobertura do GMU, conforme Anexo I, apêndice deste Termo de Referência, e conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

Grupo: 833

Serviço: 20060

Descrição: Elaboração / Análise Projeto de Engenharia

- 1.1.1 Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.
- 1.1.2 Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o [Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023](#).
- 1.1.3 O objeto desta contratação não inclui o emprego de bens de luxo, nos termos do [Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023](#).

1.2 O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como serviço de engenharia especial.

1.3 Regime de execução

- 1.3.1 Empreitada por preço global.

1.4 Vigência da contratação

- 1.4.1 A vigência obedecerá às condições contidas no Item 6.1 e subitens do Termo de Referência Administrativo.
- 1.4.2 O detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência consta do contrato.

1.5 Esclarecimentos técnicos complementares sobre o Objeto

Os projetos executivos deverão considerar em sua elaboração o projeto de Microrredes (MERGE), o projeto de PPCI (Proteção e Combate a Incêndio) aprovado, e o sistema de geração de energia fotovoltaica existente na cobertura do GMU.

1.6 Subcontratação

- 1.6.1 A contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

1.7 Hierarquia dos documentos

Nos casos de dúvidas sobre o conjunto de documentação técnica que compõe a Pasta Técnica, anexa ao Edital e eventuais incompatibilidades, fica determinada a seguinte hierarquia de documentos:

- 1º) O presente Termo de Referência;
- 2º) O Anexo I.

1.8 Documentos técnicos que compõem a Pasta Técnica

● Documentos diversos:

- Plantas do GMU (Plantas GMU.pdf)
- Projeto executivo de PPCI e a respectiva aprovação no Corpo de Bombeiros de SP (PPCI-GMU-Aprovado2024.pdf)
- Projeto do sistema de geração de energia fotovoltaica; instalado na cobertura do GMU (Fotovoltaico_GMU.pdf)
- Projeto do QGBT (Projeto MERGE); instalado no GMU (MERGE-CG-D30-D02_DT-HE-07-E-0001 - QGBT GMU.pdf)

● Documentos diversos – Padrão:

- Manual da Divisão de Segurança do Trabalho – DSTr/DGRH. Disponível no site: https://www.dgrh.unicamp.br/wp-content/uploads/sites/18/2018/01/man_dsso_seguranca.pdf pdf);

● Orçamento e Cronograma

- Orçamento: Planilha orçamentária da DEPI
- Cronograma: Ver item 5 do Anexo I, apêndice deste Termo de Referência

1.9 INFORMAÇÕES TÉCNICAS COMPLEMENTARES PARA EXECUÇÃO DO OBJETO

Não se aplica devido à natureza do Objeto – elaboração de projetos executivos.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 Justificativa da necessidade da contratação:

O projeto executivo de reforma elétrica do Ginásio Multidisciplinar da Unicamp, incluindo sua cabine de energia, permitirá a execução da reforma elétrica e sua compatibilização com o Projeto MERGE (Desenvolvimento de Microrredes Eficientes, Confiáveis e Sustentáveis), cuja etapa do GMU encontra-se concluída; e com a geração de energia fotovoltaica existente. A execução da reforma elétrica também é essencial para a obtenção do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB), pois sem o AVCB não há segurança para utilização ou a realização de eventos de qualquer natureza no GMU. O Objeto pretendido nesta contratação é caracterizado como um serviço de engenharia especial.

2.2 O objeto da contratação consta do Plano de Contratações Anual:

PCA 2026 da DEPI, número 8993.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1 Descrição da solução da contratação

Contratação de empresa especializada para a elaboração dos projetos executivos da reforma elétrica do Ginásio Multidisciplinar da Unicamp (GMU), da cabine de energia, e do sistema de proteção contra descargas atmosféricas (SPDA), incluindo suas interligações com as redes existentes, adequando-os às Normas Técnicas vigentes. Os projetos executivos deverão considerar o projeto de Microrredes (MERGE), o projeto de PPCI (Proteção e Combate a Incêndio) aprovado, e a geração de energia fotovoltaica existente na cobertura do GMU.

Fornecimento de todos os memoriais descritivos e planilhas orçamentárias, referentes e separadamente para a reforma elétrica, cabine de energia, e SPDA.

Fornecimento de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), do CREA, referentes a todos os serviços executados.

O edifício do Ginásio Multidisciplinar da Unicamp (GMU) compreende, além do Ginásio, o Centro de Convenções, NEAB e ITCP. A área total é de 11.252,00 m².

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 Vistoria

4.1.1 A avaliação prévia do local onde será executado o objeto pretendido é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades existentes: grandes dimensões do edifício; estrutura em concreto armado de difícil modificação; áreas diferentes ocupando o mesmo edifício – cada qual com suas particularidades de

uso; instalações elétricas antigas; e o MERGE e o sistema de geração fotovoltaica. Será assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, em dias de expediente na UNICAMP, das 8:30 horas às 17:30 horas.

4.1.2. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.1.3. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.1.4. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá apresentar declaração formal acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, nos termos do anexo ao Edital.

4.1.5. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da execução do objeto pretendido, devendo, a Contratada, assumir os ônus dos serviços decorrentes.

4.2 Critérios de aceitabilidade de preços

4.2.1 O licitante que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico:

4.2.1.1 Planilha orçamentária detalhada, elaborada de acordo com o modelo fornecido pela Unicamp, em formato PDF (assinada pelo representante legal) e XLS, contendo todos os elementos constantes no Anexo – Pasta Técnica, bem como os valores unitários e totais, com destaque obrigatório do valor correspondente ao BDI, devendo, ainda, contemplar todas as etapas de execução, resultado do método executivo adotado pelo licitante, de forma que os serviços executados totalizem o preço global.

4.3 Qualificação técnica

4.3.1 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

4.3.1.1 Registro ou inscrição do licitante (Pessoa Jurídica) na entidade profissional Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA.

4.3.1.2 Certidão(ões) de Acervo Técnico emitido(s) pelo CREA acompanhada(s) do(s) respectivo(s) Atestado(s) (em cópias autenticadas) de responsabilidade técnica por execução de obra/serviço de características, quantidades e prazos compatíveis ao objeto desta licitação. O(s) atestado(s) deverá (ão) ter sido expedido(s) por empresa pública e/ou privada, sendo que no(s) mesmo(s) deverá (ão) constar o nome do(s) responsável(is) técnico(s) pelos serviços, cujas parcelas de maior relevância são:

- 1) Projetos executivos de instalações elétricas (item 2 da planilha)
- 2) Projeto executivo de cabine elétrica com cubículo blindado (item 2 da planilha)

4.3.1.2.1 Comprovação de vínculo do profissional, detentor da CAT, que deverá também ser o responsável técnico pelo Objeto, com a empresa LICITANTE. A comprovação do vínculo poderá ser mediante a apresentação de contrato de trabalho, Carteira de Trabalho e Previdência Social, responsabilidade técnica pela empresa perante o Conselho ou sócio da empresa.

4.3.1.3 Comprovação de capacidade operacional para execução de obra/ serviço similar ou de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, através de Atestado(s) ou Certidão de Acervo Operacional (CAO), em cópias autenticadas, emitido(s) em nome da empresa licitante. O(s) atestado(s) deverá(ão) ter sido expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, cuja(s) parcela(s) de maior relevância e quantidade(s) mínima(s) é (são):

Parcelas de maior relevância	Quant. mínima	Item(s) da planilha a que se refere(m) a(s) quantidade(s) mínima(s)
Elaboração de projeto executivo de instalações elétricas (em m ² de construção)	5.000,00 m ²	2

5. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 Condições de execução

5.1.1 O início da execução do objeto se dará na data definida pela CONTRATANTE na reunião técnica de liberação do início de execução do objeto, a ser agendada mediante convocação formal, após a assinatura do contrato.

5.2 Prazo de execução

5.2.1 O prazo de execução do contrato é de 160 (cento e sessenta) dias corridos para início, execução e entrega do objeto contratado, contados a partir do dia determinado na reunião técnica de liberação do início de sua execução (reunião técnica inicial).

5.3 Local e horário da prestação dos serviços

5.3.1 Local da prestação do serviço:

END.: Rua Elis Regina, 101, Cidade Universitária “Zeferino Vaz”, CEP 13083-854

QUADRA: 17

LATITUDE: - 22,81505

LONGITUDE: - 47,07124

5.3.2 Os serviços serão prestados nos seguintes horários:

De segunda a sexta feira, das 8:00h às 17:30h.

Deverá agendar o levantamento cadastral, de cada área específica, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, para acesso aos locais.

5.4 Recebimento

5.4.1 O objeto será recebido provisoriamente no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados da data de comunicação formal da Contratada. Será recebido definitivamente após o prazo de observação de 10 (dez) dias corridos, contados a partir do Recebimento Provisório.

5.4.1.1 Tanto o Termo de Recebimento Provisório, quanto o Termo de Recebimento Definitivo, serão emitidos somente quando todas as pendências forem sanadas.

5.4.2 O objeto pretendido será recebido provisoriamente, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133, de 2021);

5.4.3 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.4.4 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto estiver pendente a solução, pela CONTRATADA, de inconsistências verificadas na execução do objeto pretendido;

5.4.5 O Recebimento Provisório ou Definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela segurança do serviço, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

5.5 Critérios de medição

5.5.1 Somente serão pagos os eventos efetivamente executados, aceitos, conforme cronograma do item 5 do Anexo I, apêndice deste Termo de Referência.

5.5.2 Matriz de Riscos:

Tipo de Risco	Descrição	Materialização	Responsabilidade
Execução do serviço	Descumprimento do prazo de entrega das etapas de desenvolvimento pela Contratada	Atrasos nas etapas e no cronograma	Contratada
	Não aceite das etapas de desenvolvimento dos projetos pela Contratante	Atrasos nas etapas e no cronograma	Contratada
	Falta de informações importantes para a elaboração do Objeto	Atrasos nas etapas e no cronograma	UNICAMP
	Descumprimento do prazo de entrega das etapas de análise do material, fornecido pela Contratada, pela Contratante	Atrasos nas etapas e no cronograma	UNICAMP

Campinas, 19 de fevereiro de 2026

Adriana Botelho Dieguez
Matrícula: 301785
Assessora de Gabinete
Engenheira Civil
Diretoria Executiva de Planejamento Integrado - DEPI

ANEXO I

Apêndice do Termo de Referência

1. ESCOPO DE FORNECIMENTO DA CONTRATADA PARA ENTREGA DO OBJETO

A Contratada deverá:

1.1. Realizar o levantamento das instalações elétricas e de lógica (circuitos, infraestrutura, equipamentos etc) e da cabine de energia do edifício do GMU. Fornecer este levantamento em arquivos eletrônicos nas extensões dwg e pdf.

1.2. Prever uma alimentação provisória para a edificação, para viabilizar a execução da reforma da cabine de energia, ou seja, deverá projetar uma derivação da rede de média tensão existente e instalação, em local adequado, de um transformador em poste.

1.3. Incluir, no projeto executivo de reforma das instalações elétricas, a distribuição de circuitos e infraestrutura, contemplando a necessidade da Unidade e os equipamentos existentes.

1.4. Setorizar o projeto de instalações elétricas, na medida do possível, para que a execução possa ser executada sem que todo o complexo fique sem energia. Por exemplo: setor da quadra, setor do Centro de Convenções, setor da Área Administrativa etc. Esta setorização poderá ser definida após o levantamento das instalações elétricas e deverá ser autorizada pelo Contratante.

1.5. Manter o QGBT existente e considerar o valor de capacidade dos disjuntores na nova instalação.

1.6. Dadas as dimensões do edifício, realizar a distribuição de energia através de quadros de distribuição intermediários e, posteriormente, quadros de distribuição final.

1.7. Devido à restrição de espaço para a implantação de instalações convencionais (vergalhões com seccionadoras), de acordo com as normas e padrões vigentes, instalar cubículos blindados. E também deverá fornecer o estudo de proteção e parametrização do relê.

1.8. O projeto executivo de reforma das instalações elétricas também deverá fornecer a infraestrutura seca e o cabeamento da rede de lógica (dados e voz).

1.9. Separar as planilhas orçamentárias por: reforma das instalações elétricas setorizadas; reforma do SPDA; e reforma da cabine de energia elétrica. Essa separação facilitará a execução da obra.

1.10. O desenvolvimento desse projeto de reforma elétrica visa a obtenção do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB).

2. NORMAS TÉCNICAS

Para a execução dos serviços deverão ser seguidas as seguintes Normas, além das correlatas a elas e aos serviços a serem executados:

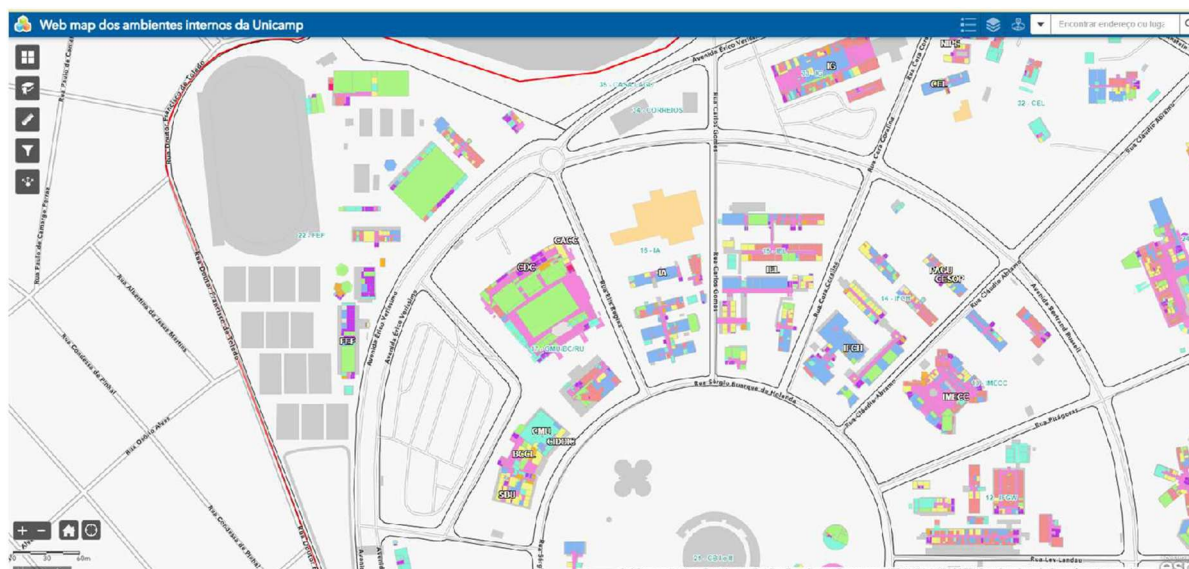
- 2.1. NR 10: Segurança em instalações e serviços em eletricidade;
- 2.2. NR 35: Trabalho em altura;
- 2.3. NBR 5410: Instalações elétricas de baixa tensão;
- 2.4. NBR 5419: Proteção de estruturas contra descargas atmosféricas;
- 2.5. Normas Técnicas, Especificações Técnicas, e Padrões de instalação da CPFL (Concessionária de Energia Local de Campinas), aplicáveis a esta contratação (<https://www.cpfl.com.br/normas-tecnicas>);
- 2.6. NBR 14039: Instalações elétricas de média tensão de 1,0kV a 36,2 kV;
- 2.7. NBR 13570: Instalações elétricas em locais de afluência de público: Requisitos específicos.

3. ABREVIATÓES E DEFINIÇÕES

- 3.1. **DEPI**: Diretoria Executiva de Planejamento Integrado;
 - 3.2. **ProEEC**: Pró Reitoria de Extensão, Esporte e Cultura;
 - 3.3. **DGA**: Diretoria Geral da Administração;
 - 3.4. **DAE**: Divisão de Água e Energia da Prefeitura Universitária, Campus “Zeferino Vaz”;
 - 3.5. **Reunião Técnica Inicial**: Reunião convocada pela Contratante, presencial, para transmitir à Contratada as diretrizes de execução do Objeto. A data desta reunião será considerada a data de início da contagem do prazo de execução do Objeto.
 - 3.6. **GMU**: Ginásio Multidisciplinar da Unicamp. Este edifício compreende o Ginásio de Esportes, o Centro de Convenções da Unicamp (CDC), ITCP (Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares) e NEAB (Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros).
 - 3.7. Prefeitura Universitária: órgão da Unicamp cuja missão é formular, participar e executar políticas abrangendo abastecimento e distribuição de água, energia elétrica e esgoto, mobilidade, meio ambiente, manutenção urbana e predial, alimentação, e gestão dos territórios da Universidade.
 - 3.8. DM: Divisão de Manutenção da Prefeitura Universitária, Campus “Zeferino Vaz”.
 - 3.9. DTIC: Diretoria de Tecnologias de Informação e Comunicação da ProEEC.
 - 3.10. DETIC: Diretoria Executiva de Tecnologia da Informação e Comunicação.
- ### 4. INFORMAÇÕES GERAIS

- 4.1. Área total a ser considerada no Objeto: 11.252,00 m².

- 4.2. Os levantamentos devem ser fornecidos à Contratante nas extensões “dwg” e “pdf”.
- 4.3. Os projetos executivos devem ser fornecidos à Contratante nas extensões “dwg” e “pdf”.
- 4.4. Os memoriais descritivos devem ser fornecidos à Contratante nas extensões “docx” e “pdf”.
- 4.5. As planilhas orçamentárias devem ser fornecidas à Contratante nas extensões “xls” e “pdf”.
- 4.6. Todos os projetos e documentos fornecidos pela Contratada devem estar devidamente assinados pelos seus respectivos responsáveis técnicos, e acompanhados das Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) em formato digital na extensão “pdf”.
- 4.7. A DEPI irá emitir a autorização de emissão das Notas fiscais de pagamento das Etapas (item 5) para a Contratada.
- 4.8. A Contratada deverá enviar as Notas Fiscais diretamente à DGA para pagamento.
- 4.9. A DEPI enviará à DGA as autorizações de emissão das Notas Fiscais informando o prazo de execução de cada Etapa, incluindo os possíveis atrasos, suas responsabilidades e/ou justificativas.
- 4.10. No Atlas da Unicamp há o mapa dos ambientes internos do edifício (<https://www.arcgis.com/apps/webappviewer/index.html?id=35673587d1a44e01bef3967b42c38083&extent=-5240203.6953%2C-2610691.6715%2C-5238388.3158%2C-2609693.2128%2C102100>), caso necessário.



- 4.11. No Atlas da Unicamp há o mapa dos edifícios da Unicamp (<https://atlas.unicamp.br/#:~:text=Mapa%20das%20edifica%C3%A7%C3%B5es%20dos%20campi%20da%20Unicamp>), caso necessário.



4.12. O projeto executivo de instalações elétricas também deverá incluir/considerar a infraestrutura seca e o cabeamento da rede de lógica.

5. CRONOGRAMA DE PRAZOS E PARCELAS DE PAGAMENTO

Cronograma para execução do Objeto, informando os prazos de entrega e etapas de pagamento, com suas respectivas porcentagens:

ETAPA	DESCRIÇÃO ETAPA	PRAZO (dias corridos)	PAGAMENTO (%)
1	Levantamento cadastral e entrega das ART de todos os serviços a serem executados	20	5
2	Anteprojetos	30	<input type="checkbox"/>
3	Análise material Etapa 2	20	15
4	Projetos Básicos, inclusive memoriais descritivos e planilha orçamentária	30	<input type="checkbox"/>
5	Análise material Etapa 4	20	35
6	Projetos Executivos, inclusive memoriais	10	<input type="checkbox"/>

	descritivos e planilha orçamentária		
7	Análise material Etapa 6	10	35
8	Recebimento Provisório	10	□
9	Recebimento Definitivo	10	10
	TOTAL:	160	100

O prazo para execução do Objeto, contado a partir da data de Reunião Técnica Inicial, será de 160 (cento e sessenta) dias corridos.

Demais informações referentes a pagamentos, suas autorizações etc, ver item 4 deste Anexo I.

6. DOCUMENTOS ANEXOS

6.1. Diretrizes para elaboração da planilha orçamentária e cronograma – R04: <https://depi.unicamp.br/arquivo/uploads/diretrizes-para-elaboracao-daplanilhaorcamentaria-e-cronograma-3/>;

6.2. Plantas GMU;

6.3. Projetos executivo de PPCI e a respectiva aprovação no Corpo de Bombeiros de SP;

6.4. Projeto do sistema de geração de energia fotovoltaica; instalado na cobertura do GMU;

6.5. Projeto do QGBT (Projeto MERGE); instalado no GMU.

Campinas, 19 de fevereiro de 2026

Adriana Botelho Dieguez
Matrícula: 301785
Assessora de Gabinete
Engenheira Civil
Diretoria Executiva de Planejamento Integrado - DEPI



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
sigad.unicamp.br/verifica, informando o código verificador:
325B083E 49104BB3 AEFAC9D9 C67B2420





**TERMO DE REFERÊNCIA
SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA
- LICITAÇÃO**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Processo Administrativo nº 01-P-37629/2024

ADMINISTRATIVO

6. VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

6.1. O prazo de vigência da contratação é contado da data de sua assinatura até a data do recebimento definitivo, devendo a Contratada obedecer ao prazo de execução definido no subitem 5.2.1, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.2. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

7.3. Antes do início da prestação dos serviços, a empresa deverá entregar a documentação necessária à emissão de crachás, assim como a liberação pela Segurança do Trabalho, deverá ocorrer conforme disposto no Manual de Segurança da Divisão de Segurança do Trabalho - DStr/DGRH/UNICAMP, disponível no endereço eletrônico: https://www.dgrh.unicamp.br/wp-content/uploads/sites/18/2018/01/man_dsso_seguranca.pdf

7.4. A Contratada deverá atender às exigências relativas à segurança, higiene e saúde do trabalho, procedimentos internos à Universidade, assim como as regras estabelecidas pela legislação vigente, devendo participar do treinamento denominado Integração de Segurança do Trabalho, na Divisão de Segurança do Trabalho - DStr, seguindo as orientações contidas no Manual de Segurança do Trabalho.

7.5 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.6 As comunicações entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.7 A CONTRATANTE poderá convocar representante da CONTRATADA para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.



TERMO DE REFERÊNCIA SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA - LICITAÇÃO

Fiscalização

7.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

7.9. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, consoante as atribuições previstas no Art. 16 da Resolução GR nº 14/2023.

Gestor do Contrato

7.10. O gestor do contrato acompanhará a execução contratual, com apoio dos fiscais do contrato, assegurando o controle dos prazos do contrato; a manutenção das condições de habilitação da contratada; a disponibilidade prévia de empenho, o pagamento, as garantias e as glosas; a formalização de apostilamento e termos aditivos, bem como as demais atribuições necessárias à plena execução do contrato estabelecidas no Art. 14 da Resolução GR nº 14/2023.

Garantia da Contratação

7.11. Não será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Forma de pagamento

8.1. O pagamento será efetuado mediante depósito em conta corrente no Banco do Brasil sob a titularidade da Contratada, conforme Decreto Estadual nº 62.867/2017

8.1.2. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do artigo 8º da Lei estadual nº 12.799, 2008.

8.1.3. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

8.1.3.1. Independente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.2. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Prazo de pagamento

8.3 O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data de cada medição e mediante a apresentação dos documentos fiscais competentes, com base na



TERMO DE REFERÊNCIA SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA - LICITAÇÃO

legislação vigente. Serão considerados serviços executados os efetivamente concluídos e aceitos pela Fiscalização da CONTRATANTE, conforme definido no Eventograma.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Exigências de habilitação

9.1. Previamente à celebração do contrato ou emissão de Instrumento equivalente (Autorização de Fornecimento, nota de empenho ou outro), a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria- Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);
- d) Consulta de SANÇÕES do Estado de São Paulo: https://www.bec.sp.gov.br/Sancoes_ui/asp/ConsultaAdministrativaFornecedor.aspx ;
- e) Consulta de Relação de Apenados do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE/SP): <https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-relacao-apenados>;

9.2. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

9.3. É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

9.4. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.5. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.6. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.7. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos, conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

9.8. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.9. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;



TERMO DE REFERÊNCIA SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA - LICITAÇÃO

9.10. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.11. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.12. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.13. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.14. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

9.15. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.16. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.17. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.18. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.19. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.20. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.21. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;



TERMO DE REFERÊNCIA SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA - LICITAÇÃO

9.22. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.23. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Distrital ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.24. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.25. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

9.26. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

9.27. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped, quando for o caso, ou outro limite estabelecido pela legislação aplicável.

Outras comprovações

9.28. Declaração subscrita por representante legal do licitante, atestando que:

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do artigo 117, parágrafo único, da Constituição estadual;

b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei federal nº 6.019/1974, com redação dada pela Lei federal nº 13.467/2017, quando o caso.

9.29. Será admitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.29.1 Apresentação do compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, o qual deverá incluir, pelo menos, os seguintes elementos:

- a. Designação do consórcio e sua composição;
- b. Finalidade do consórcio;
- c. Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;
- d. Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;
- e. Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas;
- f. Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e



TERMO DE REFERÊNCIA SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA - LICITAÇÃO

administrativos referentes ao objeto da contratação;

- g. Indicação da empresa líder do consórcio e seu respectivo representante legal, que deverá ter poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar a contratação e praticar todos os demais atos necessários à participação na licitação e execução do objeto contratado, sendo responsável pela representação do consórcio perante a Administração;
- h. Compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do Contratante até o integral cumprimento do objeto da contratação, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea “c” desta subdivisão.

9.29.2. O fornecedor vencedor é obrigado a promover, antes da celebração da contratação, a constituição e o registro do consórcio, nos termos de seu compromisso de constituição.

9.29.3. Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas a habilitação jurídica e habilitação fiscal, social e trabalhista, e a certidão negativa de falência/insolvência. Para efeito de habilitação econômico-financeira e de habilitação técnica, quando exigida, será observado o disposto no inciso III do caput do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.29.4. A inabilitação de qualquer consorciado acarretará a automática inabilitação do consórcio.

9.30. Será admitida a participação de cooperativas e será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no artigo 16 da Lei federal nº 14.133/2021:

9.30.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.30.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.30.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

9.30.4. Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;

9.30.5. Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

9.30.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador

9.30.7. Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento aos subitens anteriores.



**TERMO DE REFERÊNCIA
SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA
- LICITAÇÃO**

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Universidade Estadual de Campinas, conforme abaixo:

Número de Recurso	E.E.	C.O.	C.L.	PROGRAMA GERENCIAL
026022/2025	4435-10	1 - REITORIA		09.49.00

11. RESPONSABILIDADE

11.1. Nos aspectos técnicos desse Termo de Referência (item 1 ao 5) assina:

ADRIANA BOTELHO DIEGUEZ

11.2. Nos aspectos administrativos desse Termo de Referência (itens 6 ao 10) assina:

RAFAEL HENRIQUE LEMES GALVÃO
MARIA TEODORA DA ROCHA IOTI

Campinas, 19 de fevereiro de 2026

Documento assinado eletronicamente por RAFAEL HENRIQUE LEMES GALVAO, TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO, em 19/02/2026, às 13:45 horas, conforme Art. 10 § 2º da MP 2.200/2001 e Art. 1º da Resolução GR 54/2017.

Documento assinado eletronicamente por MARIA TEODORA DA ROCHA IOTI, COORDENADOR DE SERVIÇO, em 19/02/2026, às 13:48 horas, conforme Art. 10 § 2º da MP 2.200/2001 e Art. 1º da Resolução GR 54/2017.



**A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
sigad.unicamp.br/verifica, informando o código verificador:
F5FF6A69 388849AC B1D5AFE1 565D7C16**

